

Resolução SME nº 07/2014

Regulamenta os procedimentos que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado às crianças, adolescentes e adultos com Necessidades Educacionais Especiais, matriculados no Sistema Municipal de Ensino de Limeira.

José Claudinei Lombardi, Secretário Municipal da Educação. NO EXERCÍCIO de suas atribuições, delegadas pelo Decreto nº 13, de 14 de janeiro de 1998, e suas respectivas alterações, em especial a alínea “J” do artigo 11.

CONSIDERANDO o que dispõe no art. 9º inciso I alíneas a.3 e b.3, art. 10º, inciso I, alínea c, da Lei Complementar 461 de 02 de junho de 2009 e suas alterações;

CONSIDERANDO o que dispõe as Deliberações CME nº 001/2009 e sua alteração, CME nº 04/2009 e CME nº 01/2011; **CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 4205/2007 que aprova o Plano Municipal de Educação, a oferta de Atendimento Educacional Especializado, desde a Educação Infantil até a qualificação profissional do aluno; a Declaração Mundial de Educação para todos e Declaração de Salamanca que proclamam acesso e qualidade à educação; a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; e Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial; **CONSIDERANDO** a Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, Seção II, cap. II, art. 28 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; **CONSIDERANDO** o Decreto nº 7611, de 17/11/2011, publicado no Diário Oficial da União em 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências e tendo em vista o disposto no art. 208, inciso III, da Constituição, art. 58 a 60 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, art. 9º, § 2º, da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009; **CONSIDERANDO** a Resolução que dispõe sobre a Avaliação dos estudantes no Sistema Municipal de Ensino de Limeira, e o Regimento Comum das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Limeira, vigentes.

RESOLVE:

Artigo 1º- Ficam estabelecidas no Sistema Municipal de Educação de Limeira, as formas de Atendimento Educacional Especializado - AEE, caracterizando-se como um espaço de educação com vistas a proporcionar plena participação dos alunos com necessidades educacionais especiais, considerando suas especificidades.

Artigo 2º - Para fins desta resolução, considera-se público alvo do AEE:

I - alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

II - alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se, nessa definição, alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;

III - alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade;

IV- alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento, que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, não vinculadas a uma causa orgânica específica;

Parágrafo único: aos alunos a que se refere o inciso IV deste artigo deverá ser aplicado o disposto no artigo 8º dessa Resolução.

Artigo 3º - Os alunos com necessidades educacionais especiais serão matriculados em classe comum do ensino regular do Sistema Municipal de Ensino.

Artigo 4º - Será garantido ao aluno com necessidades educacionais especiais, previstos no artigo 2º, o AEE que poderá acontecer dentro e fora do espaço escolar.

Artigo 5º - O atendimento educacional especializado/AEE- dentro do espaço escolar se dará por meio de:

a) serviço que se efetiva em classe comum, por meio de trabalho em equipe, abrangendo professores da classe comum e da educação especial, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos durante o processo de ensino aprendizagem, podendo contar com a colaboração de outros profissionais de equipe multidisciplinar;

b) serviço de natureza pedagógica em salas de recursos, necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo conduzido por professor especializado, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista o Atendimento Educacional Especializado, com função suplementar (no caso dos superdotados/altas habilidades) e complementar (para os demais alunos). O atendimento pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, no turno inverso ao da escolarização.

Artigo 6º - O atendimento educacional especializado/AEE- fora do espaço escolar poderá se dar por meio de:

a) serviço em classe hospitalar destinado a prover, mediante atendimento especializado, a educação escolar a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar ou atendimento ambulatorial;

b) serviço em ambiente domiciliar destinado a viabilizar, mediante atendimento especializado, a educação escolar de alunos que estejam impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em domicílio;

c) serviço em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios, quando houver.

§ 1º - são objetivos da classe hospitalar e do atendimento em ambiente domiciliar dar continuidade ao processo de aprendizagem de alunos matriculados em escolas de Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular.

§ 2º - o atendimento educacional especializado de que trata o caput deste artigo terá a presença do aluno certificada mediante relatório do professor que o atende.

Artigo 7º- As formas de atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais podem ocorrer:

a) individualmente ou em pequenos grupos de educandos, conforme a necessidade, em horário diverso ao da classe regular, em caráter suplementar ou complementar;

b) no contexto da sala de aula, dentro do turno de aula do educando, por meio de trabalho articulado;

c) na Classe Hospitalar, para pacientes que necessitem do AEE;

d) no ambiente domiciliar para os alunos com impedimento de frequência escolar;

e) no Centro de Atendimento Educacional Especializado, quando houver.

Artigo 8º - Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos, sem diagnóstico conclusivo, e para a tomada de decisões quanto a indicação dos mesmos ao atendimento necessário, a equipe escolar formada pelo professor da sala regular, professor da sala de recurso, professor coordenador e diretor da escola, deverá providenciar, expediente contendo:

I - as avaliações do aluno no processo de ensino e aprendizagem;

II - relatório circunstanciado que evidencie o desenvolvimento da vida escolar do aluno, não se restringindo ao ano escolar em curso;

III - a anamnese com os pais e/ou responsável legal pelo aluno;

IV - documentos que comprovem os encaminhamentos a profissionais e/ou instituições especializadas;

V - relatórios e/ou documentos comprobatórios de atendimento, emitido por profissional legalmente habilitado e/ou instituições especializadas, legalmente constituída e autorizada, quando houver;

VI - as providências adotadas pela família;

VII - as providências adotadas pelo/junto ao serviço de Saúde, de Assistência Social, do Trabalho, da Justiça e de Esporte, do Conselho Tutelar e Ministério Público, entre outros, quando se aplicar;

VIII - demais documentos julgados pertinentes.

§ 1º - O expediente de que trata o caput deste artigo deverá ser encaminhado anualmente, por meio de CI protocolada, à Diretoria Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação para análise e manifestação.

§ 2º - O Agente de Desenvolvimento Educacional, responsável pela escola, deverá emitir parecer quando consultado pelo Setor de Educação Especial.

§ 3º - O atendimento ao aluno, de que trata o caput desse

artigo, poderá ser revisto a qualquer tempo.

Artigo 9º - Compete ao docente responsável pelo atendimento educacional especializado em conjunto, quando for o caso, com a equipe escolar:

I - promover continuamente a articulação de suas atividades com o Plano Gestor/Projeto Político pedagógico da Escola, através de orientação do Setor de Educação Especial da Secretaria Municipal da Educação, visando ao pleno atendimento dos objetivos estabelecidos;

II - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo do Atendimento Educacional Especializado, de forma a construir no relatório de atendimento, um plano de atuação para superá-las, contendo:

a) Identificação do aluno;

b) Anamnese com os responsáveis pelo aluno;

c) Avaliação diagnóstica inicial;

d) Objetivos gerais e específicos;

e) Conteúdos;

f) Metodologia;

g) Recursos;

h) Avaliação contínua, periódica e intervenções, conforme Resolução SME nº XX/14

III- elaborar e oferecer currículo adaptado de acordo com as necessidades de cada aluno;

IV - organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos;

V - acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular,

bem como em outros ambientes da escola;

VI - estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VII - orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VIII - ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

IX - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;

X - auxiliar na produção de materiais, tais como: transcrição de textos, adequação de materiais didático-pedagógicos, ampliação de textos, gravação de textos, entre outros.

XI - colaborar com o professor da classe comum no desenvolvimento de mediações pedagógicas que atendam às necessidades de todos os educandos da classe, visando evitar qualquer forma de segregação e discriminação;

XII - sensibilizar e discutir as práticas educacionais desenvolvidas, problematizando-as com os profissionais da unidade educacional, em reuniões pedagógicas, horários coletivos e outros;

XIII - propor, acompanhar e avaliar, juntamente com a equipe escolar, ações que visem à inclusão de crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência;

XIV - trabalhar em conjunto com a equipe gestora, com o professor coordenador, com o professor da classe comum, com a família e com os demais profissionais envolvidos, na construção de ações que garantam a inclusão educacional e social dos educandos;

XV - manter atualizados os registros das ações desenvolvidas, com o objetivo de redimensionar e orientar os demais profissionais que atuam com os educandos.

Art.10. - O professor responsável pelo AEE deve ser habilitado de acordo com a alínea b do artigo 15 da Lei Complementar nº 461/09 e suas alterações, Estatuto do Magistério Público Municipal de Limeira.

Art.11. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução SME nº 12, publicada em 30 de novembro de 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, aos 04 dias do mês de abril de 2014.

JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI

Secretário Municipal da Educação